

# ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma análise de códigos de ética de arquivistas e bibliotecários\*

PROFESSIONAL ETHICS IN INFORMATION SCIENCE: an analysis of archivists and librarians' ethical codes

Isadora Victorino Evangelista | Andrieli Pachu da Silva | José Augusto Chaves Guimarães

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a1>

**Resumo:** A ética, quando relacionada à atuação profissional, visa a refletir sobre os valores que guiam o comportamento de determinada categoria, encontrando materialidade em documentos como os códigos de ética ou de deontologia, aspecto que atinge os profissionais da informação, nomeadamente os arquivistas e bibliotecários, por serem profissões que possuem exercício regulamentado em muitos países, como o Brasil. Nesse sentido, buscou-se analisar e comparar os documentos em âmbito nacional e internacional desses profissionais, em aspectos relativos a seu órgão produtor, ano de criação, denominação formal e tipos de sanções previstas. Foram recuperados 50 documentos, em inglês, italiano, francês, português e espanhol, sendo 17 para arquivistas, 30 para bibliotecários e 3 para ambos. Os códigos, em sua maioria, são provenientes de conselhos ou associações profissionais, criados no decorrer das últimas quatro décadas com denominações que variam entre código de ética, código de deontologia, código de conduta, código de ética e conduta, código de prática profissional e declaração sobre ética profissional. As sanções foram encontradas em 13 documentos, o que descaracteriza os outros 37 códigos enquanto um documento regulamentador. Os resultados levam a concluir pela necessidade de estudos mais aprofundados sobre ética e deontologia nesses dois campos profissionais no momento de se elaborarem códigos dessa natureza, de modo a garantir a necessária coesão e especificidade para o exercício profissional.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Biblioteconomia; Códigos de Ética; Deontologia; Ética Profissional.

**Abstract:** The ethics, when related to professional performance, aims to reflect on the values that guide the behavior of a certain category, finding materiality in documents such as codes of ethics or deontology, an aspect that affects information professionals, namely archivists and librarians, because they are professions that have regulated exercise in many countries, such as Brazil. In this sense, we sought to analyze and compare the documents at national and international level of these professionals, in aspects related to their producer, year of creation, formal denomination and types of sanctions foreseen. 50 documents were recovered, in English, Italian, French, Portuguese and Spanish, 17 of which are for archivists, 30 for librarians and 3 for both. Most of the codes come from professional councils or associations, created over the past four decades with names that vary between code of ethics, code of deontology, code of conduct, code of ethics and conduct, code of professional practice and statement on professional ethics. The sanctions were found in 13 documents, which mischaracterizes the other 37 codes as a regulatory document. The results lead to conclude the need for more in-depth studies on ethics and deontology in these two professional fields when elaborating codes of this nature, in order to guarantee the necessary cohesion and specificity for professional practice.

**Keywords:** Archival Science; Librarianship; Codes of Ethics; Deontology; Professional Ethics.

\* Trabalho originalmente apresentado no X Encontro Internacional de Informação, Conhecimento e Ação (Marília, UNESP, 2018), na modalidade “pôster”.

### **1. Introdução**

A reflexão ética no contexto informacional perpassa aspectos relativos à produção, organização e representação da informação, atingindo seu acesso e uso. Nesse contexto, arquivistas e os bibliotecários desempenham papel fundamental, enquanto profissionais da informação que, no caso do Brasil, recebem formação específica e têm seu exercício profissional regulamentado.

A ética, quando relacionada à atuação profissional, visa a refletir sobre os valores que guiam o comportamento de determinada categoria, encontrando materialidade em documentos como os códigos de ética ou de deontologia.

Os processos informacionais realizados por arquivistas e bibliotecários não são neutros, visto que a busca pelo o acesso à informação de maneira rápida e de qualidade se realiza, via de regra, por meio de processos de sua natureza intelectual, pois, ainda que se valendo de alguns instrumentos normalizados, são permeados por um certo grau de subjetividade. Desse modo, vêm à tona um conjunto de valores morais e preceitos éticos que, aliados a possíveis sanções relativas ao seu desrespeito, como elementos fundamentais ao exercício profissional, aspecto que se materializa em códigos de ética ou deontologia.

A vista disso, o presente trabalho questiona especificamente esse conjunto de documentos, em aspectos relativos à sua denominação, seu contexto de produção, e que tipos de sanções preveem para o seu descumprimento de modo a revelar, em última instância, em que medida representam a realidade em que estão inseridos.

Para tanto, foram identificados documentos dessa natureza, em âmbito nacional e internacional, os quais foram analisados e comparados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009), buscando identificar as seguintes categorias de análise: por quem o documento foi produzido, seu ano de criação, nome atribuído e se há sanções explícitas no documento. Desse modo, parte-se de pressupostos teóricos sobre Ética e Deontologia, contextualizando-se a realidade dos arquivistas e bibliotecários em âmbito internacional e nacional sobre esses documentos para, em seguida, realizar-se a análise e comparação dos documentos, a partir de categorias relativas a sua procedência, período de criação, denominação e previsão ou não de sanções para que se possa chegar a um panorama comparativo dessa realidade.

### **2. Ética e Deontologia**

A busca pelo bem-estar nas diferentes sociedades, ao longo da história, tem sido objeto da ética, que, pautando-se no estudo do comportamento humano a partir dos conceitos de bem e de mal, visa à coexistência em harmonia, independente de quais sejam as regras que qualificam essa boa convivência.

Concebida como ciência do comportamento moral, relacionada aos atos humanos na convivência em sociedade, a ética, como ciência, decorre do fato de possuir leis e métodos próprios, residindo na moral e nas moralidades o seu objeto (NALINI, 2004).

Como destacado, a reflexão sobre o que é bom/mau, sobre o que se deve ou não fazer, é complementada a partir da moral, que pressupõe princípios aplicáveis a determinadas

situações e é responsável por emitir julgamentos a partir do caráter de atos particulares, por meio de valores. Atuando como parte concreta da ética – que se atem a princípios universais, como os apresentados por Kant – a moral decorre de uma contextualização espaciotemporal, refletindo costumes de determinada comunidade, em uma dada época, expressão de uma determinada exigência para a ação (MALIANDI, 2004).

A moral possui profunda relação com os aspectos deontológicos da ética, na medida em que a deontologia refere-se ao conjunto de deveres decorrentes dos princípios e fundamentos do sistema moral relativo ao exercício das profissões (DICIONÁRIO, 2004).

O termo deontologia foi cunhado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham em 1834 e passou a ser usado pelos utilitaristas para identificar os estudos realizados do que se convém fazer numa determinada situação. No entanto, com o passar do tempo, esse termo passou a referir-se especificamente ao domínio profissional (SOUZA, 2002; SIROUX, 2007).

Entendida como um conjunto de regras que se expressam de maneira formal e explícita, com previsão de sanções para sua transgressão, a deontologia não pode ser igualada à ética profissional, uma vez que esta vai “além da manutenção da integridade e da coerência de uma prática” (SIROUX, 2007, p.405). Pode-se, assim, reconhecer uma natureza jurídica na deontologia, em virtude de seu caráter prescritivo e coercitivo.

Na moral, tem-se igualmente um caráter coercitivo, mas decorrente da desaprovação social, ao passo que a coerção deontológica é sancionada pelos órgãos e/ou instâncias reconhecidas pelos grupos profissionais, que preveem e aplicam sanções preestabelecidas, variando de acordo com os delitos. Assim, a sanção deontológica é “um ato de coerção socialmente organizado, isto é, determinado de forma precisa, e dirigido contra o infrator segundo um certo procedimento, por uma instância especializada à qual foi confiado esse poder” (SIROUX, 2007:405).

No contexto das profissões, especificamente para os arquivistas e bibliotecários, documentos em âmbitos nacionais e internacionais foram elaborados a fim de traçar valores e até mesmo sanções para esses profissionais.

No caso dos arquivistas, tem-se, como documento pioneiro, o código de ética, elaborado pela Society of American Archivists – SAA nos Estados Unidos, em 1955. Essa preocupação se amplia em âmbito internacional quando, em 1991 o International Council on Archives – ICA inicia os estudos para a elaboração de um documento que buscasse definir parâmetros para a atuação profissional do arquivista, o que resultou na aprovação, em 1996, no XII Congresso Internacional de Arquivos, na China, do código de ética arquivística, hoje traduzido para 24 idiomas e utilizado na íntegra por diversas associações. (ICA, 1996). No entanto, dada sua natureza abrangente e genérica apenas sinaliza a necessidade de sanções para aqueles que infringirem a conduta esperada pelo profissional, sem, no entanto, especificá-las.

Na Biblioteconomia, o Código de Ética Internacional, desenvolvido pela American Library Association (ALA), remonta ao ano de 1939, em que a associação compila princípios básicos da profissão do bibliotecário em um documento denominado *Library Bill of Rights*, baseando-se no valor da liberdade intelectual. Nos anos 60, esse código passou por uma revisão, em que é incluído ainda o valor da responsabilidade social, considerando o contexto da época, com expressivos grupos a favor das minorias (PEREZ PULIDO, 2001).

Após a década de 60, o código passou por mais duas atualizações – 1981 e 1995 – e foram compreendidos ainda valores como a lealdade à instituição, a dignificação da profissão, a formação contínua, a cooperação, o respeito às leis de copyright e propriedade intelectual, a proteção da privacidade e a confidencialidade do usuário diante do avanço tecnológico (PEREZ PULIDO, 2001).

Na América Latina, o primeiro código deontológico nacional foi o do Chile, aprovado em 1977, oito anos após o exercício de o bibliotecário ser considerado uma profissão no país. O código brasileiro foi aprovado em 1986, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e possui um caráter inovador até então: caracteriza-se por ser um conjunto de deveres e obrigações, em que está explicitamente escrito o que não se deve fazer no desempenho de suas funções (PEREZ PULIDO, 2001).

De acordo com o *site* da International Federation of Library Associations (IFLA), em sua seção *Professional Codes of Ethics for Librarians*, há atualmente 61 códigos de ética de diferentes países todos traduzidos para o inglês ou espanhol pela instituição, além do código internacional da própria IFLA, traduzido para 20 idiomas diferentes. Segundo Perez Pulido (2001), os códigos possuem tipologicamente caráter educacional e disciplinar, centrando-se em aspectos como a formação do profissional – preocupando-se com a formação contínua; a contribuição ao avanço da profissão – com a participação em congressos e reuniões e a divulgação de pesquisas; a relação com outros colegas – respeitando outros profissionais e os tratando com cortesia e solidariedade; a dignificação da profissão – criando uma boa imagem e protegendo a reputação; e as relações com a instituição e a qualidade do serviço oferecido – garantindo a integridade e contribuindo para os objetivos da instituição.

### 3. Metodologia

A partir de uma revisão de literatura sobre os conceitos de Ética e Deontologia e sua importância para elaboração de códigos de ética, para garantir competência teórica para a análise dos dados recuperados, realizou-se busca pelos códigos de ética ou de deontologia dos profissionais bibliotecários e arquivistas, para compor o *corpus* de análise. Para tanto, no âmbito bibliotecário, valeu-se do *site* da IFLA, que dispõe 62 Códigos de valores profissionais, em sua maioria apresentados ou traduzidos para o inglês ou o espanhol. No âmbito arquivístico, valeu-se da listagem elaborada pela University of Groningen da Holanda, que elenca alguns códigos para o arquivista, bem como a busca nos *sites* de associações profissionais, visto como exposto anteriormente, o ICA apenas disponibiliza o código elaborado por eles em 24 idiomas diferentemente da IFLA.

Para fins de comparação e análise, foram selecionados os documentos que se apresentavam nos idiomas inglês, italiano, francês, português ou espanhol, destacando-se que, embora no *site* da IFLA, todos os códigos encontram-se traduzidos para o inglês ou espanhol, consideraram-se os códigos em seu idioma oficial, entre os supracitados.

Chegou-se, assim, a um *corpus* de 49 documentos, sendo **17 para arquivistas** (The Association of Moving Image Archivists – AMIA, Austrália, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Espanha, França, International Association of Sound and Audiovisual Archives – IASA, ICA, Itália, Nova Zelândia, Reino Unido e Suíça); **30 para bibliotecários** (África do Sul, Austrália, Botsuana, Brasil, Canadá, Chile, Singapura, Costa Rica, Cuba, Espanha,

Estados Unidos, Filipinas, França, Ilhas Maurícias, International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), Irlanda, Itália, Jamaica, Malásia, Malta, México, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia, Panamá, Peru, Reino Unido, El Salvador, Suíça e Uruguai) e **3 para ambas as profissões** (Espanha, Portugal e Venezuela).

#### **4. Apresentação, análise e discussão dos resultados**

Na aplicação da metodologia de análise de conteúdo ao *corpus* de pesquisa, utilizou-se um conjunto de categorias que, como previstas na referida metodologia, emergiram da própria natureza dos textos analisados. Desse modo, um primeiro aspecto analisado reside no órgão ou instância produtora desses documentos.

Observou-se que os produtores desses documentos são, em sua maioria, conselhos ou associações profissionais (órgãos de classe), compostos por arquivistas, por bibliotecários, ou por ambas categorias profissionais. Nesse contexto, foi possível verificar órgãos internacionais, nacionais, locais e até mesmo com especificidades temáticas, como o caso da The Association of Moving Image Archivists e da International Association of Sound and Audiovisual Archives<sup>1</sup>. Destaca-se o fato peculiar de, nas Filipinas, o código deontológico decorrer de uma Associação Regulamentadora, terminologia distinta de todas as demais.

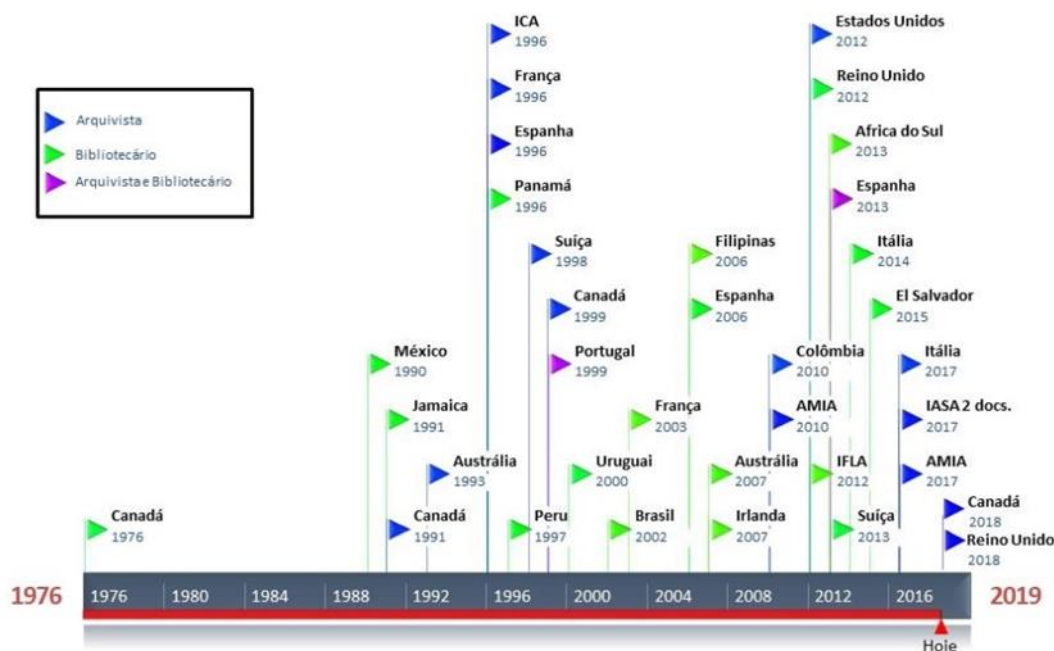
Um segundo aspecto analisado consistiu na época de criação desses documentos, aqui entendido do ano da versão do documento que está vigente, aspecto que pode ser observado na figura que segue.

A partir dessa linha do tempo, observa-se que uma forte maioria (35 documentos) foi gerada no período de 1976 a 2018, com a ressalva de que 14 documentos não aparecem na imagem, pelo fato de não fornecerem tal informação (Botsuana, Chile, Singapura, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos - bibliotecários, Ilhas Maurícias, Malásia, Malta, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia - ambos profissionais). Essa informação constitui elemento essencial pois reflete a realidade social em que o documento se situa no tempo. Nesse contexto, o fato de se verificarem 12 documentos gerados a partir de 2012 evidencia uma preocupação existente, na área, em estar *pari passu* com a realidade social em que se insere (recorda-se, aqui, toda a efervescência que a área sofreu a partir do ataque às torres gêmeas em Nova York, em 2011, o que gerou toda uma controvertida literatura sobre liberdade de acesso à informação e sobre a necessidade de combate ao terrorismo). Tudo isso revela a natureza eminentemente dinâmica que deve permear a existência de tais documentos.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre essas possibilidades de associações consultar o artigo de GRANGE, D. - O Valor da diversidade : uma introdução às associações profissionais no mundo. *Acervo*. 27:2 (2014) 118-134.

Fig. 1 – Linha do tempo dos documentos



Fonte: Elaborado pelos autores no software Office Timeline Free

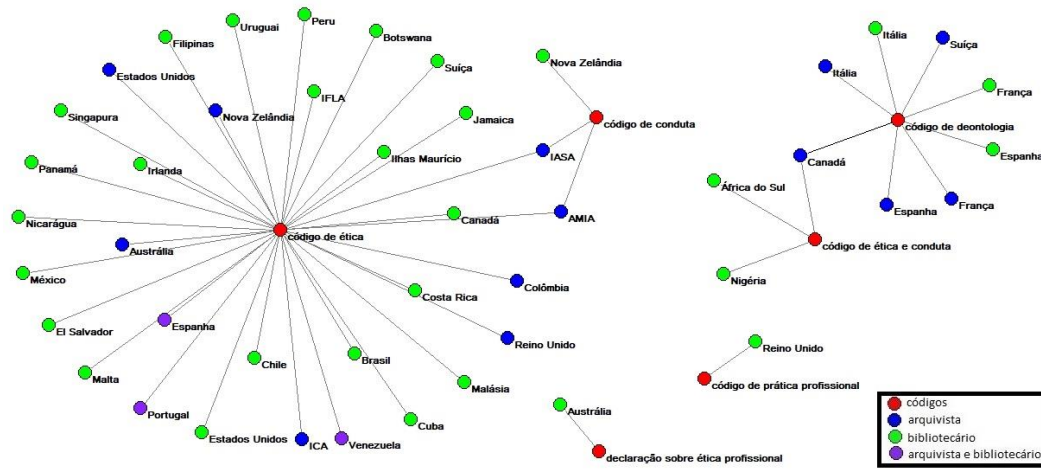
Há de se considerar aspectos como a elaboração do código do Canadá e o do México, em 1990, o que, por um lado, evidencia que essa preocupação em estabelecer uma conduta profissional não é recente, mas por outro, revela que, por mais de 40 anos, não houve atualizações ou elaborações de novos documentos.

Ainda de acordo com a linha do tempo, observamos que a partir da década de 90 houve um crescimento exponencial na elaboração e atualização desses códigos, o que pode ser justificado por conta do surgimento das novas tecnologias e a interpretação das bibliotecas e arquivos não como armazéns de documentos, mas como espaços responsáveis pelo acesso à informação e geradores de novos conhecimentos.

Um terceiro aspecto analisado residiu na denominação dada ao documento, elemento de fundamental importância na medida em que nome conferido a um documento revela o grau mais alto de representatividade de informação, pois normalmente tende a sinalizar o conteúdo ali existente, ainda mais quando pensamos em organizá-los e possibilitar seu acesso (CAMARGO, 2015). Na Fig. 2 têm-se as denominações que os documentos receberam de seus produtores.

Como se pode observar, foram identificadas seis variações de nomes: códigos de ética (33), código de deontologia (8), código de conduta (3), código de ética e conduta (4), código de prática profissional (1) e declaração sobre ética profissional (1).

Fig. 2 – Relação de termos por documento



Fonte: Elaborado pelos autores no software Pajek

A denominação *código de ética* é fortemente predominante e abrangente pois é utilizada nos idiomas inglês, português, espanhol e francês. Isso vai ao encontro da realidade profissional de outras áreas do conhecimento, que amplamente se valem dessa terminologia. No entanto, variações significativas se apresentam, como *código de deontologia*, utilizado predominantemente em espanhol, francês e italiano, e *código de conduta* e *código de ética e conduta*, em inglês. É interessante observar, no contexto do Reino Unido (e da Austrália, membro da Commonwealth), a denominação *declaração* em vez de *código*, o que revela uma tradição típica dos países com sistema jurídico do *Common Law*.

Essas variações revelam, por sua vez, diferentes escopos de abordagem, pois, por um lado, têm-se os códigos de ética com uma preocupação mais geral ao passo que um código deontológico se refere a uma realidade profissional específica. No entanto, o conteúdo desses códigos não evidencia essa diferença quanto à abrangência o que leva a acreditar que seja muito mais um equívoco terminológico do que um equívoco conceitual.

Por fim, analisou-se a presença ou não de sanções quando do desrespeito a algum preceito contido nos códigos. Esse tema é relevante pois evidencia o nível de seriedade das possíveis consequências do descumprimento das normativas expostas pelo código, punindo os responsáveis e servindo de exemplo para que outros profissionais possam atentar-se a essas falhas. Assim, pôde ser observado que apenas 13 códigos (24% do *corpus*) apresentam sanções relacionadas aos atos de infração do profissional previamente estabelecidos, sanções essas apresentadas nas modalidades de advertência por escrito, suspensão temporária e expulsão do colégio de profissionais, conforme a gravidade do ato cometido.

Reitera-se a observação anteriormente feita, relativa ao documento do ICA<sup>2</sup> que, dada sua natureza internacional, não prever sanções específicas, mas sinalizar para a necessidade de

<sup>2</sup> O código de ética do ICA é utilizado integralmente pelas associações de arquivistas da França e da Suíça.

que sejam previstas e aplicadas quando necessário, nos casos em que o profissional pratique ações contrárias ao que foi estabelecido e acordado no documento em questão.

### 5. Conclusão

A necessidade de estudar e discutir os conceitos sobre ética, moral e deontologia é essencial para uma categoria profissional e esse tema necessita estar materializado em documentos que evidenciem com clareza os valores a serem preservados, por serem representativos daquela categoria profissional.

O estudo evidenciou que essa questão, no que se refere a arquivistas e bibliotecários, se materializa, em diferentes países, tanto em códigos específicos para cada uma das profissões, quanto em códigos que abrangem ambas, como é o caso de Espanha, Portugal e Venezuela. Essa variação depende, por sua vez, da estrutura educacional de cada país e da maneira como concebe essas profissões em seus aspectos convergentes e diferenciadores. Assim, apesar de um crescimento considerável na elaboração desses códigos nos últimos anos, ainda há uma carência dessas regulamentações para os arquivistas.

Uma informação essencial a ser considerada reside na data de criação e das atualizações em cada código pois isso sinaliza para o contexto temporal a que aqueles valores são considerados visto que ser tema mutante por natureza, em consonância com o dinamismo inerente à realidade social, em especial pelo fato de que as unidades informacionais, como os arquivos e bibliotecas, são instituições de natureza eminentemente sociocultural.

Analisando as denominações utilizadas no *corpus*, foi possível perceber uma variação predominante entre códigos de ética e códigos de deontologia o que, por definição, sinalizaria para diferentes âmbitos de abordagem, estando a ética em um patamar mais geral, refletindo sobre os valores morais de um dado entorno enquanto a deontologia se colocaria em mais direta relação com exercícios profissionais específicos, estabelecendo condutas e sanções para o seu descumprimento. No entanto, observando-se o conteúdo e a estrutura de alguns códigos, nota-se uma confusão antes terminológica do que conceitual, pois o *corpus* analisado revelou tratar-se, em sua grande maioria, de códigos deontológicos, visto preverem normas com condutas específicas e sanções relativas ao seu descumprimento.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de intensificação de estudos de natureza terminológica e filosófica pela área, de modo a que a regulamentação do exercício profissional de arquivistas e bibliotecários tenha um embasamento mais consistente.

Por fim, e sem intenção de esgotar o assunto, sente-se a necessidade de uma maior ênfase e especificidade, por parte dos códigos, no que tange às sanções, pois são essas que asseguram o código como instrumento regulamentador e normativo, e garantem o equilíbrio e a respeitabilidade social de um dado entorno profissional.



### *Referências bibliográficas*

**BARDIN, L.**

2009 *Análise de conteúdo*. Lisboa : Edições 70, 2009.

**CAMARGO, A. M. de A.**

2015 Sobre espécies e tipos documentais. In *SEMINÁRIO “DAR NOME AOS DOCUMENTOS: DA TEORIA À PRÁTICA, São Paulo, 2013*. São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

**DICIONÁRIO UNESP DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**

2004 *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. Org. F. S. Borba. São Paulo: UNESP, 2004.

**INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES**

1996 *Código de ética*. [Em linha]. 1996. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_1996-09-06\\_code%20of%20ethics\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf).

**INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS**

[20--] *Professional Codes of Ethics for librarians*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 14 ago. 2018]. Disponível em <https://www.ifla.org/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>.

**MALIANDI, R.**

2004 *Ética : conceptos y problemas*. Buenos Aires : Biblos, 2004.

**NALINI, J. R.**

2004 Ética geral e profissional. *Revista dos Tribunais*. São Paulo (2004).

**PEREZ PULIDO, M.**

2001 Codigos de ética de los bibliotecarios y otros profesionales de la informacion : comentario y análisis comparativo. *Boletín ANABAD*. 51:3 (2001) 37-58.

**SILVA, A. P. da**

2016 *Aspectos éticos em organização da informação : um estudo em códigos de ética do profissional arquivista*. Marília, 2016.  
Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – UNESP.

**SIROUX, D.**

2017 Deontologia. In *Dicionário de ética e filosofia moral*. Org. M. Canto-Sperber. São Leopoldo : Editora Unisinos, 2007, vol.1, p. 405-406.

**SOUZA, F. das. C de**

2002 *Ética e deontologia : textos para profissionais atuantes em bibliotecas*. Florianópolis : UFSC; Itajaí : UNIVALI, 2002.

**Isadora Victorino Evangelista | isadora.evangelista@unesp.br**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Andrieli Pachu da Silva | andrieli.pachu@unesp.br**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**José Augusto Chaves Guimarães | chaves.guimaraes@unesp.br**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil